

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.280 - PR (2019/0259233-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : AJS TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA
ADVOGADO : ANA PAULA SCHOTTEN NUNES - SC041136
RECORRIDO : TRANSVALDE TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO : MARCO AURÉLIO LEITE DOS SANTOS - PR037594

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por AJS TRANSPORTES E REPRESENTAÇÕES LTDA. contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela Nona Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em sede de apelação, assim ementado (e-STJ fl. 373):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. TRANSPORTE DE CARGA. DERRAMAMENTO NA RODOVIA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR. COMPROVAÇÃO DE QUE O MOTORISTA DO CAMINHÃO TINHA CIÊNCIA DO ACONDICIONAMENTO PRECÁRIO DA CARGA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONFIGURADA. DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA MANTIDA.

HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO DA VERBA FIXADA NA SENTENÇA.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 416/419).

Em suas razões, com amparo no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, além de divergência jurisprudencial, a parte recorrente aponta violação aos artigos 373, I, e 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015; 186 do Código Civil de 2002; e 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

Afirma que "[...] o tombamento da carga, na forma relatada em inicial, ocorreu exclusivamente por falhas no carregamento realizado por terceiro, o que ocasionou o deslocamento do peso da mercadoria, além do que, não há qualquer demonstração de que a Recorrente/Ré, foi negligente, imprudente e tampouco imperito

Superior Tribunal de Justiça

de modo a contribuir com o evento danoso [...] (e-STJ fl. 439).

Alega que "[...] em nenhum momento a Recorrida comprovou de maneira hábil os fatos que fundamentam a sua pretensão, baseada somente com suposições, de modo que arrolou aos autos documentos unilaterais e desprovidos de manifestação de vontade da Recorrente, ônus que lhe incumbe diante da impugnação expressa [...]" (e-STJ fl. 440).

Argumenta, ainda, "[...] indevida a imposição, pelo Tribunal, de multa ao recorrente pela interposição de embargos de declaração, quando inexiste no decisum evidência de que o recorrente tenha protelado o feito [...]" (e-STJ fl. 441).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 458/462).

O recurso especial foi admitido na origem (e-STJ fls. 465/467).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Assiste parcial razão à recorrente.

De início, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, apurou a ocorrência de responsabilidade da parte ora recorrente e concluiu pela caracterização do dano material indenizável, assim se pronunciando, inclusive quanto à satisfação do ônus probatório (e-STJ fls. 375/378):

[...]

Extrai-se da inicial que a Autora TRANSVALDE foi contratada pela empresa FRISIA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL para fazer o transporte de uma carga de farinha de trigo, levando-a a contratar, por sua vez, a empresa Ré AJS. Contudo, alega que no meio do percurso, o condutor do caminhão desta realizou uma manobra brusca, derramando a carga na pista.

Aduz que, diante de tal fato, arcou com o pagamento do valor total da carga, bem como das despesas de limpeza da pista, pelo que requer indenização por danos materiais.

A sentença foi de procedência dos pedidos, do que a Ré ora se

insurge.

Segundo estabelece a norma do artigo 730 do Código Civil, contrato de transporte é aquele em que alguém se obriga, mediante retribuição, a transportar, de um lugar para outro, pessoas ou coisas.

Quanto ao transporte de coisas, deve-se destacar os termos das normas contidas nos artigos 749 e 750 do Código Civil, os quais elencam deveres e limitações de responsabilidade do transportador [...]

Além disso, a Lei nº 11.442/07 que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros, ao tratar da responsabilidade do transportador estabelece que:

"Art. 8º O transportador é responsável pelas ações ou omissões de seus empregados, agentes, prepostos ou terceiros contratados ou subcontratados para a execução dos serviços de transporte, como se essas ações ou omissões fossem próprias.

Parágrafo único. O transportador tem direito a ação regressiva contra os terceiros contratados ou subcontratados, para se ressarcir do valor da indenização que houver pago.

Art. 9º A responsabilidade do transportador cobre o período compreendido entre o momento do recebimento da carga e o de sua entrega ao destinatário.

Parágrafo único. A responsabilidade do transportador cessa quando do recebimento da carga pelo destinatário, sem protestos ou ressalvas.

Art. 14. A responsabilidade do transportador por prejuízos resultantes de perdas ou danos causados às mercadorias é limitada ao valor declarado pelo expedidor e consignado no contrato ou conhecimento de transporte, acrescido dos valores do frete e do seguro correspondentes.

Parágrafo único. Na hipótese de o expedidor não declarar o valor das mercadorias, a responsabilidade do transportador será limitada ao valor de 2 (dois) Direitos Especiais de Saque - DES por quilograma de peso bruto transportado".

Da leitura dos dispositivos transcritos, é possível concluir que a responsabilidade do transportador pelos danos causados à mercadoria

Superior Tribunal de Justiça

é objetiva. Essa característica se deve à própria natureza da atividade realizada e dos riscos dela decorrentes.

Nesse sentido, a existência de nexo de causalidade entre o fato e o dano é elemento suficiente para a imputação de responsabilidade.

De fato, o derramamento da carga na rodovia enquanto na guarda da transportadora Ré restou incontroverso nos autos, sendo irrelevante a comprovação da causa, se decorreu ou não de manobra brusca do caminhão, pois era de sua responsabilidade o transporte e a entrega da coisa intacta ao destinatário.

Aduz a Apelante que o proprietário da carga, empresa FRISIA, foi quem realizou o carregamento, havendo, portanto, culpa de terceiro quanto ao tombamento do caminhão, o que também não se pode acolher.

Na audiência de instrução e julgamento, ocorrida em 10/07/2017, a testemunha PAULO ALCEU HORNES declara que era o responsável pelo carregamento, e que alertou o motorista de que a carga deveria ser amarrada por cintas com catraca, porém este deixou de fazê-lo (mov. 68.2).

Por meio de Carta Precatória, o informante OSVALDO BERNARDO, motorista do caminhão à época do acidente, alega que não participou no carregamento; que questionou a falta de amarração, mas que a empresa disse que era normal carregar assim, e, portanto, deu continuidade ao transporte; que quando foi fazer a curva na estrada, a carga se deslocou e caiu do veículo (mov. 93.3).

Já CLEBER CLÉSIO DA SILVA, funcionário da Ré, atesta que o motorista avisou a empresa que estava seguindo com a carga mal amarrada, estando ciente do risco (mov. 93.4).

Portanto, evidente que a Ré tinha conhecimento de que a carga estava mal acondicionada, assumindo o risco ao dar sequência ao transporte, em desacordo com a normativa do art. 746 do Código Civil [...]

Assim, restando configurada a falha na prestação dos serviços, e não tendo a AJS se desincumbido de comprovar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da Autora (art. 373, II, CPC), impõe-se a manutenção da sentença.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, rever tais fundamentos do acórdão recorrido demandaria a alteração das premissas fático-probatórias dos autos, mediante o reexame de provas, procedimento vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Aplica-se o óbice da Súmula n. 7 do STJ se o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda.

2. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 182.361/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/5/2016, DJe 10/5/2016).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DERRAMAMENTO DE CARGA. COMPROVAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. COMPROVAÇÃO DO DANO MATERIAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 284/STF E 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

[...]

3. Quanto à irresignação acerca da comprovação dos danos materiais, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido, nos moldes em que ora postulada, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.188.202/SC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 6/3/2018).

De outra parte, no que diz respeito ao artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 (correspondente ao artigo 538, parágrafo único, do estatuto

Superior Tribunal de Justiça

processual de 1973), assiste razão à parte recorrente, visto que esta Corte Superior, por meio da Súmula n. 98, cristalizou o entendimento de que é descabida a multa prevista no dispositivo legal citado, quando previsível o intuito de prequestionamento e ausente o interesse em procrastinar o andamento do feito, ainda que não configurada nenhuma das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração. A propósito, confira-se o teor do referido enunciado sumular: "*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório*".

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTELATÓRIO. SÚMULA N. 98/STJ. BEM DE FAMÍLIA. CARACTERIZAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. APELAÇÃO. PEDIDO DE DISPENSA DE CUSTAS. INDEFERIMENTO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO. DESERÇÃO AFASTADA. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DE BEM DE FAMÍLIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE.

[...]

3. É inviável a aplicação da multa prevista no parágrafo único do art. 538 do Código de Processo Civil se os embargos declaratórios foram opostos com o manifesto intento de prequestionar a matéria deduzida no apelo especial, e não com o propósito de procrastinar o feito. Aplicação da Súmula n. 98 do STJ.

[...]

(AgRg no AREsp n. 595.374/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/8/2015, DJe 1º/9/2015).

RECURSO ESPECIAL - EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA, PROFERIDA EM DEMANDA NA QUAL SE PLEITEAVA A RESTITUIÇÃO DE VALORES DESVIADOS INDEVIDAMENTE PELA INSURGENTE DA EMPRESA ORA RECORRIDA. EMBARGOS DO EXECUTADO - PENHORA -

Superior Tribunal de Justiça

BEM DE FAMÍLIA - EXCEÇÃO DO ART. 3º, INCISO VI, LEI N. 8.009/90 - IMÓVEL ADQUIRIDO COM PRODUTO DE CRIME - EXCEÇÃO À IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA - POSSIBILIDADE. INSURGÊNCIA DA EXECUTADA. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

[...]

2. Embargos de declaração manifestados com o intento de prequestionar a matéria. Aplicável ao caso o teor da Súmula 98 do STJ: "*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório*".

[...]

4. Recurso especial parcialmente provido, apenas para afastar a multa aplicada com fulcro no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

(REsp n. 1.091.236/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 1º/2/2016).

Assim, não identifico propósito protelatório nos embargos de declaração ou abuso da recorrente por sua oposição que justifique a penalidade, motivo pelo qual se impõe o afastamento da sanção, nos termos do enunciado n. 98 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Por oportuno, a incidência da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça impede a análise do dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão recorrido, dada a situação fática do caso, com base na qual o Tribunal de origem deu solução à causa. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CANCELAMENTO DE PLANO DE SAÚDE. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. DANO MORAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. LESÃO EXTRAPATRIMONIAL. AUSÊNCIA DE PROVAS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. CONHECIMENTO INVIABILIZADO PELA INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Esta Corte Superior entende que a lesão extrapatrimonial não decorre de simples inadimplemento contratual, sendo necessária a

demonstração de ofensa a direitos da personalidade. Incidência do enunciado n. 83 da Súmula do STJ.

2. Tendo o Tribunal de origem concluído que não houve a comprovação de prejuízo extrapatrimonial, a desconstituição do acórdão estadual demandaria o revolvimento fático-probatório, providência vedada na via eleita, ante a incidência do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

3. A incidência dos enunciados n. 7 e 83 da Súmula do STJ impede o conhecimento do recurso interposto tanto pela alínea a quanto pela alínea c do permissivo constitucional.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.304.018/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/4/2019, DJe 23/4/2019 – sem destaques no original).

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMÓVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. RESCISÃO. PARCELAS PAGAS. RETENÇÃO. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N. 83/STJ. PERCENTUAL. REEXAME DO CONTRATO E DOS DEMAIS ELEMENTOS FÁTICO-PROBATÓRIOS DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. INOVAÇÃO RECURSAL. INVIABILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem reexame do contrato e dos demais elementos fático-probatórios dos autos (Súmulas n. 5 e 7 do STJ).

3. No caso concreto, alterar o percentual de retenção demandaria nova análise do conjunto probatório do feito, vedado em recurso especial.

4. A incidência das Súmulas n. 5, 7 e 83 do STJ obsta o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, consoante a jurisprudência desta Corte.

5. Incabível o exame de tese não exposta no recurso especial e invocada apenas em momento posterior, pois configura indevida inovação recursal.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.387.976/SP, Rel. Ministro ANTONIO

Superior Tribunal de Justiça

CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 13/5/2019,
DJe 20/5/2019 – sem destaques no original).

Ademais, o recurso especial também não pode ser conhecido com fundamento na alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, pois a parte recorrente deixou de proceder ao cotejo analítico entre os acórdãos confrontados, com o escopo de demonstrar que partiram de situações fático-jurídicas idênticas e adotaram conclusões discrepantes.

Cumprе ressaltar, ainda, que o recorrente deve transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias dos casos confrontados, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de ementas. Assim:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. ACÓRDÃOS RECORRIDO E PARADIGMA PROVENIENTES DO MESMO TRIBUNAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 13/STJ. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. AVAL PRESTADO POR PESSOA FÍSICA. VALIDADE. SÚMULA 83/STJ. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. NÃO INCIDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A divergência jurisprudencial exige comprovação, por meio da transcrição dos trechos dos arestos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas ou fragmentos de votos, sem o necessário cotejo analítico, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.

2. Acórdãos paradigmas provenientes do mesmo Tribunal prolator da decisão recorrida não se prestam a demonstrar a divergência ensejadora do recurso especial, nos termos do enunciado n. 13 da Súmula do STJ.

[...]

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 1.380.364/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/4/2019, DJe 9/4/2019 – sem destaques no original).

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. ROMPIMENTO DO NEXO CAUSAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA AO GENITOR EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO FILHO QUANDO HÁ DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. SÚMULA 83/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO. SÚMULA 182/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. MERA TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO EM PARTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

[...]

3. Para comprovar a divergência jurisprudencial, é necessário realizar o cotejo analítico entre o aresto paradigma e o v. acórdão estadual, de modo que a mera transcrição de ementas é insuficiente para dar abertura ao apelo nobre pela alínea c do permissivo constitucional.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 653.109/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 2/4/2019, DJe 15/4/2019 – sem destaques no original).

Por fim, o recurso especial também não pode ser conhecido com fundamento no artigo 105, III, "c", da Constituição Federal, pois a parte recorrente não juntou certidão ou cópia do acórdão apontado como paradigma ou, ainda, reproduziu julgado disponível na *internet*, com indicação da respectiva fonte, bem como deixou de indicar o repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, no qual foi publicada a decisão divergente, afrontando, assim, o disposto nos artigos 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, e 255, § 1º, do Regimento Interno desta Corte.

A propósito, os seguintes precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. PERDA DO DIREITO DO ALIMENTANDO PELO DECURSO DO TEMPO.

SUPRESSIO. NÃO OCORRÊNCIA. DISCUSSÃO ACERCA DO BINÔMIO POSSIBILIDADE / NECESSIDADE. SEDE PRÓPRIA. AÇÃO REVISIONAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. DISPOSITIVOS LEGAIS SUPOSTAMENTE VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 211/STJ.

1. Não demonstrada a divergência pretoriana conforme preconizado nos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, § 1º, *a*, e § 2º, do RISTJ, deixa-se de conhecer o recurso especial.

1.1. Dissídio jurisprudencial não demonstrando face a ausência de cotejo analítico e a inexistência de cópia autenticada ou de citação do repositório oficial de jurisprudência em que foi publicado o acórdão paradigma.

1.2. Ademais, o recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige que tenham os acórdãos examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal.

[...]

7. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt nos EDcl no REsp n. 1.590.554/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/8/2016, DJe 9/8/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. REJEIÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL. CONTRATO DE ALIENAÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. NÃO COMPROVAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. LEGITIMIDADE DO EXECUTADO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO OBJETA E DIRETA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

2. O recorrente deixou de comprovar o dissídio pretoriano nos termos exigidos pelos dispositivos legais e regimentais que o disciplinam, notadamente por ter deixado de transcrever os trechos dos acórdãos em confronto e não ter efetuado o necessário cotejo analítico das teses supostamente divergentes, tampouco indicado o repositório oficial ou juntado cópia do inteiro teor dos julgados paradigmas.

[...]

4. Agravo interno não provido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgInt no AREsp n. 1.023.675/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 16/3/2017 – sem destaques no original).

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial apenas para afastar a multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

